



## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas

C.N.P.J. nº 07.450.604/0001-89

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

#### A Subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

#### Ambiente Econômico

Os primeiros meses de 2018 mantiveram a trajetória positiva da economia brasileira observada no último trimestre de 2017. Na progressão do primeiro semestre de 2018, entretanto, a atividade produtiva e o consumo arrefeceram. A paralisação no setor de transporte de cargas no mês de maio repercutiu nos indicadores que abrangem o acumulado do semestre. De acordo com o IBGE, a produção industrial recuou em maio 10,9% na comparação com abril, o setor de serviços e o volume de vendas do comércio varejista diminuíram 3,8% e 0,6%, respectivamente. Adicionalmente, a taxa de desocupação, estabilizada na faixa de 12,5%, tem inibido o consumo das famílias e influenciado na retomada mais lenta da economia.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, foi 2,60% no acumulado dos seis primeiros meses de 2018, ante 1,18% registrado em igual período do ano anterior. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o semestre em 6,50%, vinda de 7,00% a.a. no término de 2017.

O total de empréstimos do sistema financeiro alcançou R\$ 3,13 trilhões em junho de 2018, crescimento de 1,25% na comparação com dezembro de 2017. Em sentidos opostos, o crédito com recursos livres expandiu 3,51% no ano e somou R\$ 1.640,4 bilhões enquanto o crédito direcionado recuou 1,13% no período e totalizou R\$ 1.489,7 bilhões. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 46,77% comparativamente a 47,12% no final de 2017.

A taxa de câmbio apresentou alta volatilidade no decorrer do semestre. A cotação ao fim de junho de 2018 atingiu R\$ 3,86/US\$ ante R\$ 3,31/US\$ em dezembro de 2017. No período, a menor paridade entre as moedas foi de R\$ 3,14/US\$ e a mais elevada R\$ 3,90/US\$.

O saldo acumulado da balança comercial brasileira no período entre janeiro e junho de 2018 somou US\$ 29,93 bilhões, valor inferior em 17,34% ao superávit registrado em igual período de 2017 (US\$ 36,21 bilhões). O desempenho é decorrente do crescimento de 5,58% das exportações frente à elevação de 17,19% das importações. No primeiro semestre de 2018 as exportações somaram US\$ 113,71 bilhões (US\$ 107,70 bilhões em 2017), enquanto as importações atingiram US\$ 83,78 bilhões (US\$ 71,49 bilhões em 2017).

No primeiro semestre de 2018, o saldo comercial do Brasil com a China foi superavitário em US\$ 14,85 bilhões. As exportações e as importações do Brasil atingiram, respectivamente, US\$ 29,82 bilhões e US\$ 14,97 bilhões.

Em que pese os efeitos significativos e temporários contidos no semestre, prevaleceu a inflação na meta, a taxa básica de juros estável e em baixo patamar histórico e as reservas cambiais em apreciável montante (US\$ 382,43 bilhões em 30/06/2018, de acordo com o BACEN).

#### Resultado do Semestre

O primeiro semestre de 2018 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do primeiro semestre de 2018, as operações de crédito alcançaram R\$ 8.387,57 milhões, crescimento de 16,84% em doze meses. Cumpre destacar que a parcela dos créditos catalogados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), expandiu 27,65% no período. Os esforços empenhados na formação de um portfólio de melhor qualidade repercutem em menores exigências de provisionamento.

Do lado dos passivos, destaca-se o crescimento de 40,55% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 3.044,22 milhões, expansão de 27,63% ante o primeiro semestre do ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 838,12 milhões, crescimento de 163,16% na comparação com o ano precedente.

Em 30 de junho de 2018, a Matriz representava 48,67% da captação total, que se elevava então a R\$ 13.647,75 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido sua Subsidiária com *funding* adequado, tanto em volumes, quanto em preços. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados, e vêm apresentando custos vantajosamente comparáveis aos de mercado.

Ao término do primeiro semestre de 2018, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.818,99 milhões e o índice de Basileia era de 22,72%.

O resultado bruto da intermediação financeira nos seis primeiros meses de 2018 alcançou R\$ 115,96 milhões, desempenho favorável ante o resultado obtido em igual período de 2017, o qual foi negativo em R\$ 26,03 milhões.

No primeiro semestre de 2018, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 153,68 milhões, redução de 23,05% na comparação com igual período de 2017.

O lucro líquido do primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 30,68 milhões e a rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) foi de 3,40%.

#### Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2018 com 497 funcionários e nove pontos de atendimento.

#### Novo Membro na Diretoria Executiva

O Sr. Claudio Augusto Rotolo passou a integrar a Diretoria Executiva do Banco. Executivo do Grupo desde 2003, o Sr. Claudio Rotolo é engenheiro e responsável pelas áreas de Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Controles Internos.

#### Resgate de Ações Remanescentes

Em 22 de dezembro de 2017, por meio de uma AGE, foi autorizado o resgate da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia que remanesceram após a conclusão da oferta pública unificada para aquisição de ações ("OPA"). O Banco Bradesco foi a instituição financeira contratada para realizar o pagamento aos acionistas das ações resgatadas, conforme aplicável pela Lei das Sociedades por Ações e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os acionistas então remanescentes, que detinham as ações BICB3 e BICB4, tiveram disponível o pagamento de resgate de suas ações a partir de 04 de janeiro de 2018, nas agências do Banco Bradesco em todo o território nacional.

#### Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 1.470,27 milhões, o que representa 16,75% do total de títulos e valores mobiliários.

#### Considerações Finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 24 de agosto de 2018).

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO		PASSIVO	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
<b>Circulante</b>		<b>6.739.893</b>	<b>14.302.458</b>	<b>6.643.467</b>	<b>13.978.361</b>	<b>Circulante</b>		<b>16.348.729</b>	<b>20.736.949</b>	<b>16.011.889</b>	<b>20.252.777</b>
Disponibilidades	4a.	128.020	423.822	128.456	424.061	Depósitos	16.	3.539.393	2.616.543	3.261.219	2.420.306
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.146.560	1.814.566	1.554.791	795.851	Depósitos à vista		84.879	81.618	84.089	80.702
Aplicações no mercado aberto		1.529.113	783.994	1.529.113	783.994	Depósitos de poupança		4.373	9.122	4.373	9.122
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	617.447	1.023.294	25.678	4.579	Depósitos interfinanceiros		779.803	408.232	504.503	218.826
Aplicações em moedas estrangeiras		-	7.278	-	7.278	Depósitos a prazo		2.670.338	2.117.571	2.668.254	2.111.656
Títulos e valores mobiliários e						Captações no mercado aberto	17a.	4.696.731	4.369.322	4.681.280	4.201.702
Instrumentos financeiros derivativos		364.094	4.128.811	364.094	4.128.811	Carteira própria		4.696.731	4.369.322	4.681.280	4.201.702
Carteira própria	5b.	197.727	1.155.006	197.727	1.155.006	Recursos de aceites e emissão de títulos		415.927	235.904	415.927	236.202
Vinculados a operações compromissadas	5b.	-	2.484.891	-	2.484.891	Recursos de letras emitidas	17b.	415.927	235.904	415.927	235.904
Vinculados a prestação de garantias	5b.	-	395.049	-	395.049	Letras de crédito imobiliário		34.017	94.717	34.017	94.717
Instrumentos financeiros derivativos	6.	166.367	93.865	166.367	93.865	Letras de crédito de agronegócio		324.032	113.222	324.032	113.222
Relações interfinanceiras		17.025	13.402	17.025	13.402	Letras financeiras		57.878	27.965	57.878	27.965
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.740	3.660	1.740	3.660	Recursos de aceites cambiais		-	-	-	298
Depósitos no banco central		15.285	9.742	15.285	9.742	Relações interfinanceiras		517	553	517	553
Operações de crédito		2.441.074	2.073.681	2.874.460	2.674.359	Recebimentos e pagamentos a liquidar		517	553	517	553
Operações de crédito		2.469.710	2.225.120	3.021.290	3.024.183	Relações interdependências		15.242	34.236	15.242	34.236
Setor público	7.	2.011	12.084	2.011	12.084	Recursos em trânsito de terceiros		15.242	34.236	15.242	34.236
Setor privado	7.	2.467.699	2.213.036	3.019.279	3.012.099	Obrigações por empréstimos	18.	6.683.405	7.226.345	6.683.405	7.226.345
Operações de crédito vinculadas à cessão	7.	86.646	172.324	-	-	Empréstimos no exterior		6.683.405	7.226.345	6.683.405	7.226.345
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(115.282)	(323.763)	(146.830)	(349.824)	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	19.	28.059	44.843	28.059	44.843
Operações de arrendamento mercantil	7g.	-	-	7.233	21.413	Ministério da agricultura - FUNCAFÉ		18.413	43.011	18.413	43.011
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	14.515	28.725	Ministério das cidades		9.646	1.832	9.646	1.832
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	-	-	(7.282)	(7.312)	Obrigações por repasses do exterior	18.	77.682	85.770	77.682	85.770
Outros créditos		1.609.848	5.808.343	1.662.067	5.876.811	Instrumentos financeiros derivativos	6.	39.586	57.683	39.586	57.683
Avais e fianças honrados		25.070	25.424	25.070	25.424	Outras obrigações		852.187	6.065.750	808.972	5.945.137
Carteira de câmbio	9.	1.317.449	5.419.532	1.317.449	5.419.532	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.188	1.466	3.214	2.246
Rendas a receber		31.297	26.939	23.504	26.938	Carteira de câmbio	9.	353.942	5.039.922	353.942	5.039.922
Negociação e intermediação de valores		5.948	843	5.948	843	Sociais e estatutárias		10.704	204	10.704	204
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	26a.	125.529	288.330	150.874	321.109	Fiscais e previdenciárias	20.	153.025	130.870	184.026	170.921
Diversos	10.	187.714	88.254	222.348	124.474	Negociação e intermediação de valores		6.942	5.801	6.942	5.801
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(83.159)	(40.979)	(83.126)	(41.509)	Dívida subordinada	23a.	16.948	563.135	16.948	563.135
Outros valores e bens		33.272	39.833	35.341	43.653	Diversas	21.	307.438	324.352	233.196	162.908
Despesas antecipadas		33.272	39.833	35.341	43.653	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>4.202.502</b>	<b>3.338.779</b>	<b>4.095.535</b>	<b>3.039.356</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>15.179.862</b>	<b>10.017.044</b>	<b>15.237.279</b>	<b>9.968.207</b>	Depósitos	16.	421.492	347.879	409.947	340.335
Aplicações interfinanceiras de liquidez		649.483	1.133.149	-	986	Depósitos interfinanceiros		33.983	66.884	33.983	66.884
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	649.483	1.133.149	-	986	Depósitos a prazo		387.509	280.995	375.964	273.451
Títulos e valores mobiliários e						Recursos de aceites e emissão de títulos		422.193	82.577	422.193	82.577
Instrumentos financeiros derivativos		8.945.244	4.282.857	8.955.291	4.292.210	Recursos de letras emitidas	17b.	422.193	82.577	422.193	82.577
Carteira própria	5b.	3.745.644	2.116.807	3.745.644	2.116.807	Letras de crédito imobiliário		885	2.635	885	2.635
Vinculados a operações compromissadas	5b.	4.706.737	1.895.160	4.706.737	1.895.160	Letras de crédito de agronegócio		52.423	18.172	52.423	18.172
Vinculados a prestação de garantias	5b.	119.952	1.132	129.999	10.485	Letras financeiras		368.885	61.770	368.885	61.770
Instrumentos financeiros derivativos	6.	372.911	269.758	372.911	269.758	Obrigações por empréstimos	18.	141.780	290.118	141.780	290.118
Operações de crédito		3.402.689	2.377.960	4.021.911	3.353.428	Empréstimos no exterior		141.780	290.118	141.780	290.118
Operações de crédito		3.534.226	2.336.570	4.300.397	3.613.312	Instrumentos financeiros derivativos	6.	8.066	1.265	8.066	1.265
Setor público	7.	-	3.341	-	3.341	Outras obrigações		3.208.971	2.616.940	3.113.549	2.325.061
Setor privado	7.	3.534.226	2.333.229	4.300.397	3.609.971	Fiscais e previdenciárias	20.	-	-	4.982	2.116
Operações de crédito vinculadas à cessão	7.	121.534	284.581	-	-	Dívida subordinada	23a.	1.517.294	893.708	1.517.294	893.708
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(253.071)	(243.191)	(278.486)	(259.884)	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	23b.	673.300	577.729	673.300	577.729
Operações de arrendamento mercantil	7g.	-	-	2.522	6.638	Diversas	21.	1.018.377	1.145.503	917.973	851.508
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	8.688	10.990	<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	24.	<b>27.522</b>	<b>29.481</b>	<b>27.522</b>	<b>29.481</b>
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	-	-	(6.166)	(4.352)	<b>Patrimônio Líquido</b>	25.	<b>1.783.787</b>	<b>708.902</b>	<b>1.818.993</b>	<b>741.054</b>
Outros créditos		1.871.076	1.922.253	1.933.312	1.987.475	Capital social		2.956.864	1.699.886	2.956.864	1.699.886
Rendas a receber		1.386	-	1.386	-	De domiciliados no país		2.956.864	1.699.886	2.956.864	1.699.886
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	26a.	956.615	928.249	1.008.445	984.056	Reservas de capital		899	24.956	899	24.956
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	26b.	308.653	372.823	308.653	372.823	Ajustes de avaliação patrimonial		2.239	2.473	2.239	2.473
Diversos	10.	610.904	628.455	621.372	637.890	Prejuízos acumulados	(1.121.110)	(963.308)	(1.085.904)	(931.156)	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(6.482)	(7.274)	(6.544)	(7.294)	(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)	(55.105)	(55.105)
Outros valores e bens											



-☆ continuação

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO					
(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação do capital social)					
	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2018	2017	2018	2017
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>1.982.700</b>	<b>837.092</b>	<b>1.996.751</b>	<b>941.652</b>
Operações de crédito	27a.	846.085	338.307	962.150	594.417
Operações de arrendamento mercantil		-	-	2.384	2.434
Resultado de títulos e valores mobiliários	27b.	590.551	619.052	486.153	465.068
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	27c.	299.024	(158.206)	299.024	(158.206)
Resultado de câmbio	27d.	149.453	37.325	149.453	37.325
Resultado de aplicações compulsórias		31	89	31	89
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		97.556	525	97.556	525
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(1.872.884)</b>	<b>(1.006.080)</b>	<b>(1.880.791)</b>	<b>(967.677)</b>
Captação no mercado	27e.	(570.067)	(539.537)	(559.551)	(522.813)
Empréstimos, cessões e repasses	27f.	(1.092.446)	(143.242)	(1.092.446)	(143.242)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(45.233)	(56.748)	(19.730)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(165.138)	(266.553)	(209.064)	(301.622)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>109.816</b>	<b>(168.988)</b>	<b>115.960</b>	<b>(26.025)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(23.711)</b>	<b>(219.850)</b>	<b>(46.820)</b>	<b>(295.517)</b>
Receitas de prestação de serviços		23.491	25.863	23.963	34.563
Rendas de tarifas bancárias		933	2.029	933	2.037
Despesas de pessoal	27i.	(78.182)	(107.208)	(86.454)	(117.922)
Despesas tributárias	27k.	(7.049)	(10.367)	(11.469)	(18.082)
Resultado de participações em controladas	14.	(6.588)	4.597	(753)	(1.239)
Outras despesas administrativas	27j.	(49.696)	(61.960)	(67.225)	(81.785)
Outras receitas operacionais	27g.	158.968	44.664	175.060	52.846
Outras despesas operacionais	27h.	(65.588)	(117.468)	(80.875)	(165.935)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>86.105</b>	<b>(388.838)</b>	<b>69.140</b>	<b>(321.542)</b>
Resultado não operacional	27l.	2.437	(3.399)	3.805	(2.810)
<b>Resultado antes da Tributação</b>		<b>88.542</b>	<b>(392.237)</b>	<b>72.945</b>	<b>(324.352)</b>
Imposto de renda	26d.	(47.034)	(34.135)	(39.051)	(55.811)
Contribuição social	26d.	(27.235)	(31.671)	(22.403)	(46.369)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	26d.	38.956	(138.505)	19.193	(137.864)
<b>Lucro/(Prejuízo) do Semestre</b>		<b>53.229</b>	<b>(596.548)</b>	<b>30.684</b>	<b>(564.396)</b>
Número de Ações Integralizadas (mil)	25a.	465.631	354.323		
<b>Lucro/(Prejuízo) por Ação do Capital Social - R\$</b>		<b>0,11</b>	<b>(1,68)</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO				
(Em milhares de Reais)				
	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
<b>Resultado do Semestre</b>	<b>53.229</b>	<b>(596.548)</b>	<b>30.684</b>	<b>(564.396)</b>
<b>Ajustes ao Resultado</b>	<b>20.660</b>	<b>499.694</b>	<b>64.667</b>	<b>557.275</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	165.138	266.553	209.064	301.622
Depreciações e amortizações	6.626	9.491	6.990	9.926
Provisão/(reversão) outras	(2.696)	4.707	(3.103)	4.707
Provisão para contingências e fianças prestadas	31.949	39.053	34.002	37.159
Provisão para empréstimos vinculados (nota 27g)	(137.767)	-	(137.767)	-
Crédito tributário	35.313	204.312	40.172	223.773
Resultado de participações em controladas	6.588	(4.597)	753	1.239
(Ganho) na venda de imobilizado	(1.290)	(53)	(1.290)	(53)
(Ganho) na venda bens não de uso	(952)	(451)	(1.905)	(1.777)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(87.508)	(24.580)	(87.508)	(24.580)
Amortização de ágio	5.259	5.259	5.259	5.259
<b>Lucro/Prejuízo Ajustado</b>	<b>73.889</b>	<b>(96.854)</b>	<b>95.351</b>	<b>(7.121)</b>
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	441.350	67.846	(9)	7.701
(Aumento) em títulos e valores mobiliários				
e instrumentos financeiros derivativos	(627.977)	(351.870)	(628.286)	(352.371)
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	14.669	23.455	14.669	23.455
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(1.437.612)	(17.499)	(1.093.810)	(149.978)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	300.160	4.887.634	325.027	4.850.881
Aumento em depósitos	503.558	459.329	497.830	457.123
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	1.531.364	(2.553.811)	1.542.464	(2.666.534)
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	486.886	(61.104)	486.575	(61.088)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(779.276)	4.734.762	(708.655)	4.933.564
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.757)	-	(24.722)	(18.214)
Pagamento de juros	(119.082)	(100.566)	(119.082)	(100.566)
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	1.209	(1.338)	1.209	(1.338)
<b>Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades Operacionais</b>	<b>383.381</b>	<b>(2.785.284)</b>	<b>388.561</b>	<b>(2.786.248)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>				
Alienação de bens não de uso	10.838	14.850	17.553	18.622
Alienação de investimentos	-	100	-	100
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	6.237	18.717	6.237	19.624
Aquisição de bens não de uso	(38.486)	(29.185)	(41.257)	(32.702)
Aquisição de imobilizado de uso	(6.215)	(1.303)	(6.242)	(1.718)
Aplicação no intangível	(1.412)	(2.789)	(1.412)	(2.789)
Juros sobre o capital próprio recebido	9.168	-	-	-
<b>Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades de Investimentos</b>	<b>(19.870)</b>	<b>390</b>	<b>(25.121)</b>	<b>1.137</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	8.842.242	4.787.265	8.842.242	4.787.265
Aumento em dívidas subordinadas	206.263	78.666	206.263	78.666
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital	116.885	247.864	116.885	247.864
Pagamento de empréstimos	(8.275.706)	(4.962.167)	(8.275.706)	(4.962.167)
Aumento de capital	-	3.738	-	3.738
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos</b>	<b>889.684</b>	<b>155.366</b>	<b>889.684</b>	<b>155.366</b>
<b>(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.253.195</b>	<b>(2.629.528)</b>	<b>1.253.124</b>	<b>(2.629.745)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	336.544	3.820.042	337.051	3.820.497
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	87.508	24.580	87.508	24.580
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.677.247	1.215.094	1.677.683	1.215.332
<b>(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.253.195</b>	<b>(2.629.528)</b>	<b>1.253.124</b>	<b>(2.629.745)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Aumento de capital	(-) Capital a realizar	Ações em tesouraria	Reservas de capital Ágio na subscrição de ações	Ajustes e avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>		<b>1.554.886</b>	<b>145.000</b>	<b>(3.738)</b>	<b>(55.105)</b>	<b>24.956</b>	<b>(1.700)</b>	<b>(366.760)</b>	<b>1.297.539</b>
Aumento de capital em espécie	25a.	145.000	(145.000)	3.738	-	-	-	-	3.738
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	4.173	-	4.173
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	(596.548)	(596.548)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		<b>1.699.886</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(55.105)</b>	<b>24.956</b>	<b>2.473</b>	<b>(963.308)</b>	<b>708.902</b>
<b>Mutações do semestre</b>		<b>145.000</b>	<b>(145.000)</b>	<b>3.738</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.173</b>	<b>(596.548)</b>	<b>(588.637)</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2018</b>		<b>2.956.864</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>2.682</b>	<b>(1.174.339)</b>	<b>1.731.001</b>
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(443)	-	(443)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	53.229	53.229
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>2.956.864</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>2.239</b>	<b>(1.121.110)</b>	<b>1.783.787</b>
<b>Mutações do semestre</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(443)</b>	<b>53.229</b>	<b>52.786</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

## 1. Contexto operacional

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - Bicbanco ("Companhia", "Instituição", "Múltiplo", "CCB Brasil" ou "Banco") e empresas controladas ("Consolidado") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brasil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. (CCB Holding) ("Controlador"), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

Em 22 de dezembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas regularmente convocada, foi deliberada a efetivação do resgate de 2.339.260 ações que integram o capital social da Instituição, sendo 550.940 ordinárias e 1.788.320 preferenciais, detidas por acionistas minoritários. A liquidação financeira, por conta do resgate de ações, teve início em 04 de janeiro de 2018, conforme faculta a legislação societária. A partir do resgate das ações detidas pelos minoritários, a CCB Holding assumiu a titularidade de 100% das ações ordinárias e preferenciais do CCB Brasil.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

## a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil incluída a dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e empresas controladas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o CCB Brasil, na elaboração das suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC (R1) - Pronunciamento conceitual básico - Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível - Resolução CMN nº 4.534/16, e
- CPC 27 - Ativo imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2018.

## b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e as empresas controladas (conforme quadro abaixo), e foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas do CMN, quando aplicável, apresentando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

## Participação

	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Informática S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	100
CCB Brasil Cobrança Ltda.	100

## b.1) Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do CCB Brasil (MÚLTIPLO) x CCB Brasil (CONSOLIDADO)

	Junho/18	Junho/17
<b>Resultado do período (Múltiplo)</b>	<b>53.229</b>	<b>(596.548)</b>
<i>Hedge accounting</i> carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	(23.254)	32.152
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	709	-
<b>Resultado do período (Consolidado)</b>	<b>30.684</b>	<b>(564.396)</b>
<b>Patrimônio líquido do período (Múltiplo)</b>	<b>1.783.787</b>	<b>708.902</b>
<i>Hedge accounting</i> carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	31.488	32.152
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	3.718	-
<b>Patrimônio líquido do período (Consolidado)</b>	<b>1.818.993</b>	<b>741.054</b>

## 3. Principais práticas contábeis

## a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

## b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

## c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do período.

## d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem



\*continuação

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**• Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

**• Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**e.3) Instrumentos financeiros derivativos**

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

**e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7d - Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

**e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso**

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data-base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

**e.6) Outros valores e bens - Despesas antecipadas**

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente até 2016, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, de forma linear pelo prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo. As comissões nomeadas como Custos de Originação, são reconhecidas a partir de 2017, integralmente no resultado do exercício.

**e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

**f) Permanente**

**f.1)** Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.

**f.2)** Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, é como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

**f.3)** Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

**f.4)** O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.534/16.

**g) Passivo****g.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução CMN nº 2.921/02)**

São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do período, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.

**g.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos estão registrados em "Outros Créditos - Diversos".

**h) Contingências e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

**Passivos contingentes:** são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22).

**Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

**i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito**

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

**4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez****a) Disponibilidades**

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Caixa	469	539	469	539
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	127.551	423.283	127.987	423.522
<b>Total</b>	<b>128.020</b>	<b>423.822</b>	<b>128.456</b>	<b>424.061</b>

**b) Aplicações no mercado aberto**

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17
Vencimento		
Até 30 dias	1.529.113	783.994

**c) Aplicações em depósitos interfinanceiros**

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Vencimento				
Até 30 dias	5.393	125.154	2.062	2.116
De 31 a 90 dias	23.616	158.293	23.616	2.463
De 91 a 360 dias	588.438	739.847	-	-
Acima de 360 dias	649.483	1.133.149	-	986
<b>Total</b>	<b>1.266.930</b>	<b>2.156.443</b>	<b>25.678</b>	<b>5.565</b>

**d) Aplicações em moedas estrangeiras**

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17
Vencimento		
Até 30 dias	-	7.278

**5. Títulos e valores mobiliários****a) Política de atuação**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

**b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria**

	Junho/18					
	CONSOLIDADO			MÚLTIPLO		
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil corrigido	Custo mercado	Valor de mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>56.634</b>	<b>141.093</b>	<b>7.112.107</b>	<b>7.309.834</b>	<b>7.306.104</b>	<b>7.299.787</b>
<b>Carteira própria (*)</b>	<b>56.634</b>	<b>141.093</b>	<b>2.275.371</b>	<b>2.473.098</b>	<b>2.471.877</b>	<b>2.473.098</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	141.093	2.275.371	2.416.464	2.415.895	2.416.464
Notas do Tesouro Nacional - B	56.634	-	-	56.634	55.982	56.634
<b>Vinculados a operações compromissadas (*)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.706.737</b>	<b>4.706.737</b>	<b>4.704.207</b>	<b>4.706.737</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	-	4.706.737	4.706.737	4.704.207	4.706.737
<b>Vinculados a prestação de garantias (**)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>129.999</b>	<b>129.999</b>	<b>130.020</b>	<b>129.999</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	-	129.999	129.999	130.020	129.999
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.470.273</b>	<b>1.470.273</b>	<b>1.470.273</b>	<b>1.470.273</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.470.273</b>	<b>1.470.273</b>	<b>1.470.273</b>	<b>1.470.273</b>
Debêntures	-	-	15.198	15.198	15.198	15.266
Cotas - FIDC	-	-	23.584	23.584	23.584	23.584
Global Bonds	-	-	1.431.491	1.431.491	1.431.491	1.431.491
<b>Total</b>	<b>56.634</b>	<b>141.093</b>	<b>8.582.380</b>	<b>8.780.107</b>	<b>8.776.377</b>	<b>8.770.060</b>

(\*) Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(\*\*) O saldo contábil total inclui operações vinculadas à prestação de garantias no montante de R\$ 129.999, sendo R\$ 116.045 referentes à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f).

	Junho/17					
	CONSOLIDADO			MÚLTIPLO		
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil corrigido	Custo mercado	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>4.017.878</b>	<b>4.017.911</b>	<b>4.020.057</b>	<b>4.017.911</b>
<b>Carteira própria (*)</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>1.137.938</b>	<b>1.137.971</b>	<b>1.138.479</b>	<b>1.137.971</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	-	1.137.938	1.137.938	1.138.447	1.137.938
Notas do Tesouro Nacional - C	33	-	-	33	32	33
<b>Vinculados a operações compromissadas (*)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.484.891</b>	<b>2.484.891</b>	<b>2.486.342</b>	<b>2.484.891</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	-	2.484.891	2.484.891	2.486.342	2.484.891
<b>Vinculados a prestação de garantias (**)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>395.049</b>	<b>395.049</b>	<b>395.236</b>	<b>395.049</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	-	395.049	395.049	395.236	395.049
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.787.151</b>	<b>2.787.151</b>	<b>2.783.029</b>	<b>2.787.151</b>
<b>Carteira própria (*)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>881.506</b>	<b>881.506</b>	<b>880.268</b>	<b>881.506</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	-	826.583	826.583	825.360	826.583
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	54.923	54.923	54.908	54.923
<b>Vinculados a operações compromissadas (*)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.895.160</b>	<b>1.895.160</b>	<b>1.892.273</b>	<b>1.895.160</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	-	1.895.160	1.895.160	1.892.273	1.895.160
<b>Vinculados a prestação de garantias (**)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.485</b>	<b>10.485</b>	<b>10.488</b>	<b>10.485</b>
Letras Financeiras Tesouro	-	-	10.485	10.485	10.488	10.485
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.034</b>	<b>1.235.302</b>	<b>1.252.336</b>	<b>1.252.336</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.034</b>	<b>1.235.302</b>	<b>1.252.336</b>	<b>1.252.336</b>
Cotas - FIDC	-	-	17.034	17.034	17.034	17.034
Global Bonds	-	-	1.235.302	1.235.302	1.235.302	1.235.302
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>17.034</b>	<b>8.040.331</b>	<b>8.057.398</b>	<b>8.055.422</b>	<b>8.100.479</b>

Os títulos para negociação com vencimento acima de um ano, estão classificados no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN.

(\*) Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(\*\*) O saldo contábil total inclui operações vinculadas à prestação de garantias no montante de R\$ 405.534, sendo R\$ 380.576 referentes à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f).

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço, Debêntures com base na última negociação divulgada pela ANBIMA, Global Bonds com base no mercado secundário (Bloomberg) e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

**c) Reclassificação de categoria dos títulos e valores mobiliários**

No final do exercício de 2017, visando refletir adequadamente o processo de gestão de caixa do Conglomerado, a Administração procedeu a reclassificação de títulos classificados na carteira de títulos para negociação, no montante de R\$ 4.190.678, para a categoria disponível para venda.

**6. Carteira de instrumentos financeiros derivativos****a) Política de utilização**

Em função da Regra *Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, mantiveram-se suspensas as operações da carteira *trading* do CCB Brasil. Durante o primeiro semestre o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do Conglomerado.

**b) Proteção das exposições cambiais**

O CCB Brasil efetua operações de *Swap*, NDF e Mercado Futuro para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

**c) Proteção do portfólio com taxas prefixadas**

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando a relação de *duration* entre os vencimentos dos contratos futuros de DI e o *duration* do portfólio de crédito. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é avaliada trimestralmente e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A substituição dos contratos futuros de DI é periódica, conforme identificada a abertura de novos contratos futuros e detectada sua liquidez. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto do *hedge*. O objetivo é garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação a mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação a mercado dos contratos futuros de DI.

**d) Gerenciamento de risco**

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 29 de junho de 2018 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

**e) Critérios de mensuração do valor de mercado**

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

• **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e

• **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as

continua -&gt;



-☆ continuação

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

**f) Registro dos valores**

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2018), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações em aberto em 30 de junho de 2018 apresentam as seguintes características:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor de referência		Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
<b>Contratos de Swap</b>						
Mercado Interfinanceiro	524	516	(88.202)	(458.272)	(244.316)	(790.790)
Moeda Estrangeira	544.105	40.232	88.202	458.272	244.316	790.790
<b>Subtotal</b>	<b>544.629</b>	<b>40.748</b>				
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.570)	652	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>539.059</b>	<b>41.400</b>				
<b>Contratos de Termo/NDF</b>						
Compra de Termo/NDF	219	-	1.618	-	-	1.618
Venda de Termo/NDF	-	6.252	(39.137)	(51.222)	-	(90.359)
<b>Subtotal</b>	<b>219</b>	<b>6.252</b>				
<b>Total</b>	<b>539.278</b>	<b>47.652</b>				
<b>Contratos Futuros (*)</b>						
Venda - Mercado Interfinanceiro	3	1.758	(47.833)	(866.918)	(1.572.220)	(2.486.971)
Compra - DDI - Cupom Cambial	5.671	-	198.633	1.203.865	-	1.402.498
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	1	(77.097)	-	-	(77.097)
Compra - Moeda Estrangeira	274	2	136.315	-	-	136.315
Venda - Moeda Estrangeira	-	5.153	(1.392.449)	-	-	(1.392.449)
<b>Total</b>	<b>5.948</b>	<b>6.914</b>				

(\*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 30 de junho de 2017 apresentam as seguintes características:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor de referência		Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
<b>Contratos de Swap</b>						
Mercado Interfinanceiro	1.942	49.990	(467.918)	(1.920.612)	(274.859)	(2.663.389)
Moeda Estrangeira	346.696	1.133	505.938	1.914.044	274.859	2.694.841
Pré	1.670	5.192	(38.020)	6.568	-	(31.452)
<b>Subtotal</b>	<b>350.308</b>	<b>56.315</b>				
Ajuste ao Valor de Mercado	12.085	958	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>362.393</b>	<b>57.273</b>				
<b>Contratos de Termo/NDF</b>						
Compra de Termo/NDF	68	557	10.022	4.299	-	14.321
Venda de Termo/NDF	1.162	1.118	(13.791)	(40.658)	(11.324)	(65.773)
<b>Subtotal</b>	<b>1.230</b>	<b>1.675</b>				
<b>Total</b>	<b>363.623</b>	<b>58.948</b>				
<b>Contratos Futuros (*)</b>						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	-	10.060	-	10.060
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	5.269	(34.431)	(1.347.024)	(1.974.333)	(3.355.788)
Compra - DDI - Cupom Cambial	843	-	368.065	1.234.331	11.299	1.613.695
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	2.495	-	-	2.495
Venda - Moeda Estrangeira	-	505	(721.717)	-	-	(721.717)
<b>Total</b>	<b>843</b>	<b>5.774</b>				

(\*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de "swap" e "NDF" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
L.F.T	01/03/2019	-	-	9.678	9.678	
L.F.T	01/03/2020	-	-	6.053	6.053	
L.F.T	01/09/2020	116.045	116.045	364.845	364.845	
<b>Total</b>		<b>116.045</b>	<b>116.045</b>	<b>380.576</b>	<b>380.576</b>	

**g) Hedge accounting**

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura *hedge accounting* de risco de mercado.

O Banco e a Financeira detêm portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas prefixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa prefixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de risco de mercado registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A efetividade apurada para as carteiras de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Em 30 de junho de 2018 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	MÚLTIPLO			
	Instrumento de Hedge a valor de mercado	Objeto de Hedge a valor de mercado	Instrumento de Hedge a valor de mercado	Objeto de Hedge a valor de mercado
Hedge de captações no exterior	1.845.829	1.841.250		
	<b>CONSOLIDADO</b>			
Hedge de captações no exterior	1.845.829	1.841.250		
Hedge da carteira de varejo	2.379.304	2.146.612		

Em 30 de junho de 2017 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	MÚLTIPLO			
	Instrumento de Hedge a valor de mercado	Objeto de Hedge a valor de mercado	Instrumento de Hedge a valor de mercado	Objeto de Hedge a valor de mercado
Hedge de captações no exterior	4.010.729	3.997.260		
	<b>CONSOLIDADO</b>			
Hedge de captações no exterior	4.010.729	3.997.260		
Hedge da carteira de varejo	3.223.998	2.579.018		

**7. Operações de crédito****a) Diversificação por tipo de operação**

Modalidade	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Capital de giro e descontos	3.202.587	2.367.652	3.222.875	2.382.649
Crédito pessoal consignado	769.689	611.991	1.870.008	2.364.656
Financiamentos à exportação	1.390.306	854.394	1.390.306	854.394
Financiamentos rurais e agroindustriais	275.256	73.833	275.256	73.833
Financiamentos à importação	194.811	182.770	194.811	182.770
Financiamentos de veículos	451	7.210	196.704	314.469
Contas garantidas	6.152	7.751	6.152	7.751
Financiamentos imobiliários e habitacionais	1.985	2.014	1.985	2.014
Crédito a pessoas físicas	-	-	891	884
Cheque empresarial	125	277	125	277
Operações de crédito vinculadas à cessão (*)	208.180	456.905	-	-
Outros	162.574	453.798	162.574	453.798
<b>Operações de crédito</b>	<b>6.212.116</b>	<b>5.018.595</b>	<b>7.321.687</b>	<b>6.637.495</b>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	856.588	385.647	856.588	385.647
Títulos e créditos a receber (nota 10)	88.831	3.399	89.592	4.625
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	71.429	84.356	71.429	85.641
Fianças honradas	25.070	25.424	25.070	25.424
<b>Outros créditos</b>	<b>1.041.918</b>	<b>498.826</b>	<b>1.042.679</b>	<b>501.337</b>
Operações de arrendamento mercantil	-	-	23.203	39.715
<b>Total</b>	<b>7.254.034</b>	<b>5.517.421</b>	<b>8.387.569</b>	<b>7.178.547</b>

(\*) Referem-se a operações de crédito consignado cedidas com coobrigação à CCB Financeira, classificadas como Crédito Pessoal Consignado no consolidado.

(\*\*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

**b) Diversificação por setor de atividade**

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
<b>Setor público</b>	<b>2.011</b>	<b>15.425</b>	<b>2.011</b>	<b>15.425</b>
<b>Setor privado</b>	<b>6.225.336</b>	<b>4.355.560</b>	<b>6.248.538</b>	<b>4.393.993</b>
Outros serviços	3.110.217	1.829.560	3.125.452	1.856.115
Indústria	2.189.061	1.831.084	2.191.804	1.838.280
Comércio	848.624	562.399	853.848	567.081
Agronegócio	77.434	131.329	77.434	131.329
Intermediários financeiros	-	1.188	-	1.188
<b>Pessoas físicas</b>	<b>1.026.687</b>	<b>1.146.436</b>	<b>2.137.020</b>	<b>2.769.129</b>
<b>Total</b>	<b>7.254.034</b>	<b>5.517.421</b>	<b>8.387.569</b>	<b>7.178.547</b>

**c) Diversificação por prazos - por parcela**

	MÚLTIPLO				CONSOLIDADO			
	Junho/18	% Junho/17	Junho/18	% Junho/17	Junho/18	% Junho/17	Junho/18	% Junho/17
<b>Setor público</b>	<b>2.011</b>	<b>0,03</b>	<b>15.425</b>	<b>0,28</b>	<b>2.011</b>	<b>0,02</b>	<b>15.425</b>	<b>0,22</b>
Até 03 meses	1.011	0,02	3.050	0,06	1.011	0,01	3.050	0,04
De 03 meses até 01 ano	1.000	0,01	9.034	0,16	1.000	0,01	9.034	0,13
Acima de 01 ano	-	-	3.341	0,06	-	-	3.341	0,05
<b>Setor privado</b>	<b>7.252.023</b>	<b>99,97</b>	<b>5.501.996</b>	<b>99,72</b>	<b>8.385.558</b>	<b>99,98</b>	<b>7.163.122</b>	<b>99,78</b>
Até 03 meses	1.369.468	18,88	842.959	15,28	1.540.156	18,36	1.060.748	14,78
De 03 meses até 01 ano	2.086.147	28,76	1.798.446	32,59	2.375.595	28,33	2.208.544	30,76
Acima de 01 ano	3.703.126	51,05	2.680.407	48,58	4.358.402	51,96	3.688.056	51,37
Vencidos a partir de 15 dias	93.282	1,28	180.184	3,27	111.405	1,33	205.774	2,87
<b>Total</b>	<b>7.254.034</b>	<b>100,00</b>	<b>5.517.421</b>	<b>100,00</b>	<b>8.387.569</b>	<b>100,00</b>	<b>7.178.547</b>	<b>100,00</b>

**d) Composição da carteira por níveis de risco**

Nível de risco	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	2.339.151	-	32,25	2.391.632	-	28,51
A	2.606.105	13.030	35,93	3.551.779	17.758	42,35
B	1.460.700	14.607	20,14	1.481.610	14.816	17,67
C	183.106	5.493	2,52	208.220	6.247	2,48
D	85.485	8.548	1,18	95.002	9.500	1,13
E	168.086	50.426	2,32	173.493	52.048	2,07
F	43.048	21.524	0,59	55.747	27.874	0,66
G	79.957	55.970	1,10	99.650	69.755	1,19
H	288.396	288.396	3,97	330.436	330.436	3,94
<b>Total</b>	<b>7.254.034</b>	<b>457.994</b>	<b>100,00</b>	<b>8.387.569</b>	<b>528.434</b>	<b>100,00</b>

(\*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

Nível de risco	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	1.035.796	-	18,77	1.089.455	-	15,19
A	1.931.541	9.657	35,02	3.357.133	16.785	46,83
B	935.392	9.354	16,95	976.703	9.767	13,63
C	518.309	15.549	9,39	556.499	16.695	7,76
D	127.394	12.739	2,31	156.987	15.699	2,19
E	425.409	127.623	7,71	444.466	133.340	4,52
F	154.590	77.295	2,80	183.896	91.948	4,11
G	86.668	60.668	1,57	91.554	64.087	1,28
H	302.322	302.322	5,48	321.854	321.854	4,49
<b>Total</b>	<b>5.517.421</b>	<b>615.207</b>	<b>100,00</b>	<b>7.178.</b>		



-☆ continuação

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

## 8. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Movimentação da provisão	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Saldo inicial - Dezembro	429.392	454.588	494.860	498.319
Constituição de provisão para créditos do período	201.702	297.546	253.489	334.867
Reversão de provisão para créditos do período	(5.267)	(30.993)	(13.128)	(33.245)
Reversão de provisão sobre créditos cedidos	(31.297)	-	(31.297)	-
<b>Subtotal</b>	<b>594.530</b>	<b>721.141</b>	<b>703.924</b>	<b>799.941</b>
Baixas para prejuízo	(136.536)	(105.934)	(175.490)	(129.766)
<b>Saldo final - Junho</b>	<b>457.994</b>	<b>615.207</b>	<b>528.434</b>	<b>670.175</b>
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	51.013	27.598	57.174	34.349
Créditos renegociados no período	-	108.546	-	108.546
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	6,31	11,15	6,30	9,34

## 9. Carteira de câmbio

Ativo	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17
Câmbio comprado a liquidar	1.122.096	5.222.644
Direitos sobre vendas de câmbio	179.675	200.948
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(1.665)	(13.080)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	17.343	9.020
<b>Total</b>	<b>1.317.449</b>	<b>5.419.532</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio vendido a liquidar	180.183	578.810
Obrigações por compras de câmbio	1.013.004	4.833.908
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(839.245)	(376.627)
Valores em moeda estrangeira a pagar	-	3.809
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	-	22
<b>Total</b>	<b>353.942</b>	<b>5.039.922</b>

## 10. Outros créditos - Diversos

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Devedores por depósitos em garantia (nota 22f)	516.385	465.913	523.802	473.003
Títulos e créditos a receber (*)	111.781	47.966	119.780	55.324
Devedores por compra de bens a prazo (nota 7a)	71.429	84.356	71.429	85.641
Tributos a compensar e recuperar	24.204	55.379	47.550	74.800
Pagamentos a ressarcir	48.258	36.337	49.489	37.607
Adiantamentos e antecipações salariais	3.241	4.429	3.569	4.830
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	692	3.571	868	3.576
Devedores diversos - país	22.628	18.758	27.233	27.583
<b>Total</b>	<b>798.618</b>	<b>716.709</b>	<b>843.720</b>	<b>762.364</b>

(\*) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações com característica de crédito no montante de R\$ 89.592 (Junho/17 - R\$ 4.625) conforme nota 7a. Contempla também valores a receber de R\$ 14.426 (Junho/17 - R\$ 28.569) de precatórios do Governo Federal e R\$ 6.261 (Junho/17 - R\$ 13.653) a receber dos órgãos públicos referentes repasse de crédito consignado, todos classificados como operações sem característica de operações de crédito.

## 11. Outros valores e bens

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Imóveis	404.501	332.902	407.141	335.543
Máquinas e equipamentos	26.877	26.192	27.182	26.692
Veículos e afins	2.019	3.691	13.724	16.105
Material em estoque	60	91	60	91
Outros	742	821	742	821
<b>Subtotal</b>	<b>434.199</b>	<b>363.697</b>	<b>448.849</b>	<b>379.252</b>
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(132.740)	(88.964)	(139.779)	(96.321)
<b>Total</b>	<b>301.459</b>	<b>274.733</b>	<b>309.070</b>	<b>282.931</b>

## 12. Ativo permanente

## a) Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na nota 14.

## b) Imobilizado de uso

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Custo		Valor líquido	
	Jun/18	Jun/17	Jun/18	Jun/17
Terrenos	107	3.259	-	107
Edificações	85.523	155.073	(27)	(45.897)
Máquinas e equipamentos de uso	14.875	15.812	(1.010)	(769)
Instalações	-	-	-	-
Sistema de processamento de dados	9.701	12.128	(15)	(67)
Sistema de transporte	994	994	-	-
Sistema de comunicação	1.753	1.884	(334)	-
Sistema de segurança	1.411	1.411	(47)	(38)
Outras imobilizações em curso	-	675	-	-
<b>Total</b>	<b>114.364</b>	<b>191.236</b>	<b>(1.433)</b>	<b>(874)</b>

## c) Ativos intangíveis

## c.1) Classe dos ativos intangíveis - Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Custo		Valor líquido	
	Jun/18	Jun/17	Jun/18	Jun/17
Softwares	18.344	15.038	(13.807)	(10.447)
Ágio (*)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>18.344</b>	<b>15.038</b>	<b>(13.807)</b>	<b>(10.447)</b>

## c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/17	Adição	Amortização/Baixa	Junho/18
Softwares	4.883	1.412	(1.758)	4.537
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>30.313</b>	<b>1.412</b>	<b>(7.025)</b>	<b>24.700</b>
Softwares	4.892	1.412	(1.766)	4.538
Ágio (*)	25.421	-	(5.259)	20.162
	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Adição	Amortização/Baixa	Junho/17
Softwares	3.214	2.789	(1.412)	4.591
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>39.225</b>	<b>2.789</b>	<b>(6.714)</b>	<b>35.300</b>
Softwares	3.286	2.789	(1.455)	4.620
Ágio (*)	35.939	-	(5.259)	30.680

(\*) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

## d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, e foi constituída provisão para perda no montante de R\$ 1.433 (Junho/17 - R\$ 874) de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

## 13. Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 438.154 (Junho/17 - R\$ 283.101) e ativos totais de R\$ 5.419.531 (Junho/17 - R\$ 7.966.697).

## 14. Participações em controladas e coligadas no país - CCB Brasil Múltiplo

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Número ações/ cotas possuídas		% participação		Patrimônio líquido		Lucro/ (prejuízo) líquido		Equivalência patrimonial		Valor investido	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	262.253	12.167	12.167	262.253	254.474					
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	20.476	536	536	20.476	20.242					
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	742	12	12	742	700					
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	13.631	(191)	(191)	13.631	13.943					
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	75.210	(2.841)	(18.359)	95.372	123.182					
BrasilFactors S.A. (**)	62.931	50%	(1.256)	(1.506)	(753)	(628)	611					
<b>Total</b>						<b>(6.588)</b>	<b>391.846</b>	<b>413.152</b>				

(\*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 20.162 (Junho/17 - R\$ 30.680), apurado na aquisição da CCB Brasil S.A. - CFI.

(\*\*) Em 2018, em decorrência do Patrimônio Líquido da BrasilFactors S.A. apresentar saldo devedor,

o montante equivalente a participação do Banco está registrado em Outras Obrigações - Credores Diversos - País.

## 15. Transações com partes relacionadas

## a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal-chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Disponibilidades em moedas estrangeiras	6.470	1.456	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	6.470	1.456	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros - CDI	1.241.251	2.150.879	104.707	154.485
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1.241.251	2.150.879	104.707	154.485
Cotas de Fundo de Investimentos	23.584	16.922	748	1.937
FIDC BRASILFactors (b)	23.584	16.922	748	1.937
Operações de cessão de crédito	-	41	-	12
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	41	-	12
Operações de Cessão de Crédito - Resolução nº 3.533	224.662	503.353	25.502	56.748
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	224.662	503.353	25.502	56.748
Outros créditos - Rendas a Receber	7.812	-	9.192	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	7.217	-	8.491	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	575	-	677	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	20	-	24	-
Depósitos à vista	(1.330)	(1.267)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(22)	(22)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(61)	(69)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(3)	(2)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(2)	(298)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(702)	(525)	-	-
BRASILFactors S.A. (f)	(2)	-	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(67)	-	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(471)	(351)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(275.300)	(189.407)	(8.474)	(10.184)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(21.172)	(20.652)	(665)	(1.152)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(254.128)	(168.755)	(7.809)	(9.018)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	-	-	(14)
Depósitos a prazo	(178.268)	(69.574)	(5.451)	(54.910)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(731)	(711)	(23)	(34)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(11.252)	(11.417)	(347)	(810)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	-	(52)	-
BRASILFactors S.A. (f)	(113)	(1.960)	(16)	(176)
FIDC BRASILFactors (b)	(4.373)	(2.697)	-	(1.380)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(161.332)	(52.464)	(5.006)	(52.464)
Pessoal-chave da Administração (c)	(467)	(325)	(7)	(46)
Operações compromissadas	(15.451)	(167.620)	(1.615)	(5.664)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(7.610)	(59.750)	(239)	(3.157)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(7.841)	(107.870)	(1.376)	(2.507)
LCA	(8.538)	(547)	(154)	(67)
Pessoal-chave da Administração (c)	(8.538)	(547)	(154)	(67)
LCI	(277)	(578)	(7)	(25)
Pessoal-chave da Administração (c)	(277)	(578)	(7)	(25)
NDF	1.152	-	1.438	-
BRASILFactors S.A. (f)	1.152	-	1.438	-
Obrigações por empréstimos	(5.969.308)	(6.898.009)	(397.310)	(428.419)
China Construction Bank Corporation (d)	(5.969.308)	(6.898.009)	(397.310)	(428.419)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(673.300)	(577.729)	(64.813)	(18.148)
China Construction Bank Corporation (d)	(673.300)	(577.729)	(64.813)	(18.148)
Prestação de serviços	1	1	6	6
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	1	1	6	6

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta  
(b) Controladas e Coligadas - indireta  
(c) Pessoal-Chave da Administração  
(d) Controlador indireto sediado no exterior (nota 1)  
(e) Controladora direta  
(f) Controlada em conjunto (joint venture)

## a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Junho/17 - 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 15,41% a.a. (Junho/17 - 15,14% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 6,4% a.a. (Junho/17 - 10,15% a.a.) e possuem vencimento em 02 de julho de 2018, com lastro até 03 anos (Junho/17 - superior a 03 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/17 - 96%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Junho/17 - até 01 ano). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/17 - 96%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Junho/17 - em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (Junho/17 - 101% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (Junho/17 - em até 02 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,05% a.a. (Junho/17 - 1,70% a.a.) e variação cambial, com vencimento final em até 08 anos (Junho/17 - em até 09 anos). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 7f.

## b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o primeiro semestre de 2017, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido. Com relação a 2018, se aplicável, o Comitê de remuneração fará preposição com base no lucro do exercício.

## b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de administração, diretoria executiva e comitê de auditoria

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Remuneração fixa	6.716	8.68		



-☆ continuação

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)**17. Captações no mercado aberto e recursos de letras emitidas****a) Captações no Mercado Aberto**

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 02 de junho de 2018 e 12 de junho de 2019, lastreados por LFT com vencimento até setembro de 2022.

**b) Recursos de Letras Emitidas**

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI, assim distribuídos:

Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Junho/18			Junho/17		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	15.453	96.018	-	31.399	77.952	1.302
De 03 meses a 01 ano	18.564	228.014	57.878	63.318	35.270	26.663
De 01 a 03 anos	885	52.423	368.885	2.635	18.172	61.770
<b>Total</b>	<b>34.902</b>	<b>376.455</b>	<b>426.763</b>	<b>97.352</b>	<b>131.394</b>	<b>89.735</b>

**18. Empréstimos e repasses do exterior**

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,0% a.a. (Junho/17 - 2,7% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Junho/18			Junho/17		
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	3.369.466	48,82	1.924.887	25,32	-	-
De 03 meses a 01 ano	3.336.710	48,34	5.321.102	69,99	-	-
De 01 a 03 anos	107.149	1,55	242.076	3,18	-	-
De 03 a 05 anos	63.670	0,92	102.425	1,35	-	-
Acima de 05 anos	25.872	0,37	11.743	0,16	-	-
<b>Total</b>	<b>6.902.867</b>	<b>100,00</b>	<b>7.602.233</b>	<b>100,00</b>	-	-

As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contêm cláusulas restritivas ("covenants"), são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores. Em Junho/17 as despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ 34, são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

O Banco possui operações de empréstimos efetuados junto a sua matriz na China no valor total de R\$ 5.348.133 (Junho/17 - R\$ 6.196.998), com vencimento inferior a um ano, renováveis automaticamente, de acordo com a necessidade de liquidez do Conglomerado CCB Brasil.

Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I - vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II - subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III - remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV - compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V - prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;
- VI - postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada; e
- VII - não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a administração retificou o saldo do grupo "Empréstimos no Exterior" pelo montante de R\$ 290.011 (Junho/17 - ), sendo R\$ 137.767 (Junho/17 - ) em contrapartida ao resultado do período, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

Em 30 de junho de 2018 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 621.195 (Junho/17 - R\$ 701.011), e o saldo das operações ativas é de R\$ 587.711 (Junho/17 - R\$ 669.113), sendo que R\$ 233.493 (Junho/17 - ), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

**19. Obrigações por repasses do país**

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até outubro de 2018 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

**20. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias**

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Provisão para imposto de renda diferido (nota 26c)	146.838	124.680	172.812	148.230
Impostos e contribuições a recolher	6.187	6.190	9.617	8.549
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	-	-	6.579	16.258
<b>Total</b>	<b>153.025</b>	<b>130.870</b>	<b>189.008</b>	<b>173.037</b>

**21. Outras obrigações - diversas**

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Provisão para passivos contingentes (*)	881.545	818.014	917.281	851.508
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 29)	157.191	103.246	157.191	103.246
Credores diversos - país	37.641	16.376	39.755	16.469
Provisão para pagamentos a efetuar	24.776	28.864	36.942	43.190
Obrigações por venda/transfêrencia de ativos financeiros (**)	224.662	503.353	-	-
Outros	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>1.325.815</b>	<b>1.469.855</b>	<b>1.151.169</b>	<b>1.014.416</b>

(\*) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 22).

(\*\*) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito intragrupo com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.

**22. Contingências e obrigações legais**

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

**a) Ativos contingentes**

Não existem ativos contingentes contabilizados.

**b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal**

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

**c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável**

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

**CSLL x Isonomia** - valor envolvido R\$ 152.004 (Junho/17 - R\$ 145.652) no Banco e Consolidado: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**COFINS x Lei nº 9.718/98** - valor envolvido R\$ 514.025 (Junho/17 - R\$ 492.780) no Banco e R\$ 530.487 (Junho/17 - R\$ 508.526) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 26.850 (Junho/17 - R\$ 25.434).

**PIS x Lei nº 9.718/98** - valor envolvido R\$ 83.472 (Junho/17 - R\$ 80.022) no Banco e R\$ 84.263 (Junho/17 - R\$ 80.695) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 92.514 (Junho/17 - R\$ 87.139).

**PIS - Emenda Constitucional nº 10/96** - valor envolvido R\$ 17.931 (Junho/17 - R\$ 12.689) no Banco e Consolidado: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44º da Lei nº 4.506/64, no art. 12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226º do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 17.931 (Junho/17 - R\$ 17.114).

**ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87** - valor envolvido R\$ 1.238 (Junho/17 - R\$ 1.163) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**d) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

**ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87** - valor envolvido R\$ 20.524 (Junho/17 - R\$ 19.864) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**PDD/94** - valor envolvido R\$ 25.084 (Junho/17 - R\$ 24.040) no Banco e Consolidado: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**INSS - Participação nos Lucros dos Administradores** - valor envolvido R\$ 107.949 (Junho/17 - R\$ 102.953) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28º, § 9º, da Lei nº 8.212/91.

**IRPJ/CSLL** - valor envolvido R\$ 88.214 (Junho/17 - ) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período-base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

**e) Passivos contingentes - Trabalhistas e Cíveis****Processos trabalhistas**

O Banco possui 147 (Junho/17 - 132) e o Consolidado possui 197 (Junho/17 - 172) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 52.341 (Junho/17 - R\$ 45.665) no Banco e R\$ 55.827 no Consolidado (Junho/17 - R\$ 47.812). No Banco existem 159 (Junho/17 - 111) e no Consolidado existem 199 (Junho/17 - 131) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 9.628 (Junho/17 - R\$ 7.531) no Banco e R\$ 11.359 (Junho/17 - R\$ 8.526) no Consolidado, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 8.391 (Junho/17 - R\$ 5.433) no Banco e de R\$ 8.617 (Junho/17 - R\$ 6.428) no Consolidado. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

**Processos cíveis**

O Banco possui 235 (Junho/17 - 301) e o Consolidado possui 2.899 (Junho/17 - 3.312) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 60.534 (Junho/17 - R\$ 40.043) no Banco e R\$ 75.531 (Junho/17 - R\$ 54.971) no Consolidado. O Banco possui 433 (Junho/17 - 498) e o Consolidado possui 451 (Junho/17 - 521) processos, cujos valores reclamados totalizam no Banco R\$ 445.866 (Junho/17 - R\$ 572.515) e no Consolidado R\$ 471.410 (Junho/17 - R\$ 605.362), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 253.919 (Junho/17 - R\$ 254.233) no Banco e R\$ 273.567 (Junho/17 - R\$ 279.810) no Consolidado. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

**f) Movimentação das provisões para "obrigações legais" e "passivos contingentes", classificados como perda provável**

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO					
	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Junho/18	Junho/18
Cíveis	55.818	5.645	(929)	-	60.534	75.531
Trabalhistas	43.045	9.296	-	-	52.341	55.827
<b>Subtotal</b>	<b>98.863</b>	<b>14.941</b>	<b>(929)</b>	<b>-</b>	<b>112.875</b>	<b>131.358</b>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>Dezembro/17</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>Junho/18</b>	<b>Junho/18</b>
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	149.299	-	-	2.705	152.004	152.004
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96 e EC 17/97	17.583	-	-	348	17.931	17.931
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	82.003	-	-	1.469	83.472	84.263
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	504.977	-	-	9.048	514.025	530.487
ISS - Serviços não Tributados - LC nº 56/87	1.199	-	-	39	1.238	1.238
<b>Subtotal</b>	<b>755.061</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.609</b>	<b>768.670</b>	<b>785.923</b>
<b>Total</b>	<b>853.924</b>	<b>14.941</b>	<b>(929)</b>	<b>13.609</b>	<b>881.545</b>	<b>917.281</b>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros Créditos - Diversos), no Consolidado, o montante de R\$ 115.266 - processos Cíveis, R\$ 25.294 - processos Trabalhistas e R\$ 383.171 - processos Fiscais, e no Múltiplo o montante de R\$ 115.071 - processos Cíveis, R\$ 21.099 - processos Trabalhistas e R\$ 380.143 - processos Fiscais.

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO					
	Dezembro/16	Adição	Rever-	Atual-	Baixa	Junho/17
Cíveis	56.741	13.015	-	-	(29.713)	40.043
Trabalhistas	38.835	6.830	-	-	-	45.665
<b>Subtotal</b>	<b>95.576</b>	<b>19.845</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.713)</b>	<b>85.708</b>

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO					
	Dezembro/16	Adição	Rever-	Atual-	Baixa	Junho/17
Cíveis	56.741	13.015	-	-	(29.713)	40.043
Trabalhistas	38.835	6.830	-	-	-	45.665
<b>Subtotal</b>	<b>95.576</b>	<b>19.845</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.713)</b>	<b>85.708</b>

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO					
	Dezembro/16	Adição	Rever-	Atual-	Baixa	Junho/17
Cíveis	56.741	13.015	-	-	(29.713)	40.043
Trabalhistas	38.835	6.830	-	-	-	45.665
<b>Subtotal</b>	<b>95.576</b>	<b>19.845</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(29.713)</b>	<b>85.708</b>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros Créditos - Diversos), no Consolidado, o montante de R\$ 111.210 - processos Cíveis, R\$ 25.359 - processos Trabalhistas e R\$ 336.361 - processos Fiscais e no Múltiplo o montante de R\$ 111.054 - processos Cíveis, R\$ 21.286 - processos Trabalhistas e R\$ 333.502 - processos Fiscais.

**23. Captações e empréstimos no exterior****a) Dívida subordinada**

Está representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor	Emissão	Vencimento	Emissão	Tx. Juros (a.a.)	Junho/18
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	473.927
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	1.060.315
LOAN Subordinado	US\$ 32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	-
<b>Total - Nível II PR</b>						<b>1.534.242</b>

**b) Instrumento de dívida elegível a capital**

Captação	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor	Emissão	Vencimento	Emissão	Tx. Juros (a.a.)	Junho/18
EMTN - ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	392.598
EMTN - ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	280.702
<b>Total PR</b>						<b>673.300</b>

**24. Resultado de exercícios futuros**

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas da fluência do prazo.

**25. Patrimônio líquido****a) Ações**

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (Junho/17 - R\$ 1.699.886) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (Junho/17 - 354.322.935), sendo 297.223.908 ordinárias (Junho/17 - 225.459.526) e 168.407.558 preferenciais (Junho/17 - 128.863.409), sem valor nominal.

Em 26 de outubro de 2017 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital mediante a emissão de 113.647.791 novas ações ao preço de R\$ 11,07 por ação, sendo 72.315.322 ordinárias e 41.332.469 preferenciais que perfaz um montante de R\$ 1.258.081, o qual foi aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 26 de outubro e 27 de novembro de 2017, sendo R\$ 1.256.978 destinados a aumento de capital e R\$ 1.103 para constituição de reservas de capital, destinadas a suport



\*continuação

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O quadro de acionistas do CCB Brasil passou a ser o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864

**b) Ações em tesouraria**

Até 30 de junho de 2018 foram adquiridas 6.879.540 ações preferenciais no montante de R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2018 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (Junho/17 - R\$ 55.105).

**c) Dividendos e Juros sobre capital próprio**

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

**d) Reservas** - o prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

**26. Imposto de renda e contribuição social**

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 30 de junho de 2018, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

**a) Créditos tributários:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO						
	Dezem- bro/17	Reali- zações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa Res. n° 3.059/02	Junho/18	Junho/17
<b>Imposto de Renda</b>							
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	97.579	(16.040)	45.205	-	-	126.744	154.029
Provisão para desvalorização de bens não de uso	33.859	(1.221)	547	-	-	33.185	33.324
Provisão para contingências e outras	237.347	(22.617)	20.738	-	-	235.468	245.985
<b>Subtotal</b>	<b>368.785</b>	<b>(39.878)</b>	<b>66.490</b>	-	-	<b>395.397</b>	<b>433.338</b>
Prejuízo fiscal	269.910	-	-	-	-	269.910	279.537
<b>Subtotal - Crédito Tributário IRPJ</b>	<b>638.695</b>	<b>(39.878)</b>	<b>66.490</b>	-	-	<b>665.307</b>	<b>712.875</b>
<b>Contribuição Social</b>							
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	63.121	(12.834)	36.164	(10.406)	-	76.045	94.347
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.756	(977)	437	146	-	20.362	20.448
Provisão para contingências e outras	150.959	(18.094)	33.236	(15.328)	-	150.773	157.296
<b>Subtotal</b>	<b>234.836</b>	<b>(31.905)</b>	<b>69.837</b>	<b>(25.588)</b>	-	<b>247.180</b>	<b>272.091</b>
Base negativa da CSLL acumulada	169.657	-	-	-	-	169.657	174.353
<b>Subtotal - Crédito Tributário CSLL</b>	<b>404.493</b>	<b>(31.905)</b>	<b>69.837</b>	<b>(25.588)</b>	-	<b>416.837</b>	<b>446.444</b>
<b>Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL</b>	<b>1.043.188</b>	<b>(71.783)</b>	<b>136.327</b>	<b>(25.588)</b>	-	<b>1.082.144</b>	<b>1.159.319</b>

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO						
	Dezem- bro/16	Reali- zações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa Res. n° 3.059/02	Junho/17	Junho/16
<b>Imposto de Renda</b>							
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	118.990	(25.375)	71.807	-	-	165.422	179.746
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.528	(121)	1.834	-	-	22.241	22.391
Provisão para contingências e outras	286.690	(102.307)	79.877	-	-	264.260	274.289
<b>Subtotal</b>	<b>426.208</b>	<b>(127.803)</b>	<b>153.518</b>	-	-	<b>451.923</b>	<b>476.426</b>
Prejuízo fiscal	383.227	-	78.152	-	-	(179.150)	309.553
<b>Subtotal - Crédito Tributário IRPJ</b>	<b>809.435</b>	<b>(127.803)</b>	<b>231.670</b>	-	-	<b>(179.150)</b>	<b>785.979</b>
<b>Contribuição Social</b>							
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	95.192	(20.300)	57.446	(13.773)	-	118.565	129.564
Provisão para desvalorização de bens não de uso	14.466	(97)	1.467	1.195	-	17.031	17.152
Provisão para contingências e outras	176.891	(81.846)	63.902	18.168	-	177.115	183.289
<b>Subtotal</b>	<b>286.549</b>	<b>(102.243)</b>	<b>122.815</b>	<b>5.590</b>	-	<b>312.711</b>	<b>330.005</b>
Base negativa da CSLL acumulada	260.484	-	57.436	(10.275)	(137.929)	169.716	189.181
<b>Subtotal - Crédito Tributário CSLL</b>	<b>547.033</b>	<b>(102.243)</b>	<b>180.251</b>	<b>(4.685)</b>	<b>(137.929)</b>	<b>482.427</b>	<b>519.186</b>
<b>Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL</b>	<b>1.356.468</b>	<b>(230.046)</b>	<b>411.921</b>	<b>(4.685)</b>	<b>(317.079)</b>	<b>1.216.579</b>	<b>1.305.165</b>

**Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										Junho/18	Junho/17	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027			2028
Valor Projetado	104.968	41.122	48.696	57.354	150.418	115.789	67.093	78.996	99.557	47.614	270.537	1.082.144	1.216.579
Valor Presente (*)	101.834	37.547	41.848	46.388	114.504	82.958	45.242	50.135	59.467	26.768	143.144	749.835	786.216
% Realização	9,7%	3,8%	4,5%	5,3%	13,9%	10,7%	6,2%	7,3%	9,2%	4,4%	25,0%	100,0%	100,0%

(\*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										Junho/18	Junho/17	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027			2028
Valor Projetado	122.459	56.827	51.527	59.508	148.818	118.211	71.340	85.520	108.727	59.308	277.074	1.159.319	1.305.165
Valor Presente (*)	118.803	51.888	44.281	48.131	113.286	84.693	48.106	54.275	64.945	33.342	146.602	808.352	890.727
% Realização	10,6%	4,9%	4,4%	5,1%	12,8%	10,2%	6,1%	7,4%	9,4%	5,1%	24,0%	100,0%	100,0%

(\*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN n° 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Consoante a Resolução CMN n° 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Desta forma, no primeiro semestre de 2017, a Administração do Banco apresentou estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN n° 3.059/02 alterada pela Resolução CMN n° 4.441/15 e Circular n° 3.776/15 do BACEN, que resultou na autorização do Banco Central do Brasil para manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de maio de 2017, para os quais o Banco possui expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 548.767 (Junho/17 - R\$ 346.088) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN n° 3.059/02 de até 10 anos.

**b) Crédito presumido**

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei n° 12.838/13 e Circular n° 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei n° 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o primeiro semestre de 2018 o Banco recuperou R\$ 61.619, decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 24.648, foram registrados como redutor do crédito presumido originalmente contabilizado, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário econômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

**Crédito Presumido Constituído**

	2014	2015	2016	2017	2018	Total
	78.983	107.450	194.229	(47.361)	(24.648)	308.653

**c) Passivo diferido**

O Banco possui registrado R\$ 146.838 (Junho/17 - R\$ 124.680) no Múltiplo e no Consolidado, a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que serão realizados durante o prazo das operações reconhecidas a valor justo e, no Consolidado, a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre *hedge accounting*, o valor de R\$ 20.992 (Junho/17 - R\$ 21.435), que serão realizados durante o prazo das operações com empréstimos consignados.

O CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrado R\$ 4.982 (Junho/17 - R\$ 2.115) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

**d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

Apuração	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	CS	Junho/18	CS
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>88.542</b>	<b>88.542</b>	<b>72.945</b>	<b>72.945</b>
<b>(-) Juros sobre o capital próprio</b>	-	-	<b>(9.168)</b>	<b>(9.168)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>88.542</b>	<b>88.542</b>	<b>63.777</b>	<b>63.777</b>
Adições temporárias	271.218	271.218	328.984	328.984
Adições permanentes	60.412	60.412	60.468	60.468
Exclusões	(503.402)	(503.402)	(517.996)	(517.996)
<b>Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>(83.230)</b>	<b>(83.230)</b>	<b>(64.767)</b>	<b>(64.767)</b>
<b>(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas</b>	-	-	<b>85.408</b>	<b>85.408</b>
<b>(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/ Base de Cálculo Negativa CSLL</b>	-	-	<b>(6.192)</b>	<b>(6.192)</b>
<b>(Prejuízo)/Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL</b>	<b>(83.230)</b>	<b>(83.230)</b>	<b>14.449</b>	<b>12.480</b>
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	-	-	(326)	982
Adicional de 10% de IR	-	-	1.433	-
<b>Impostos correntes</b>	-	-	<b>1.107</b>	<b>982</b>
<b>Conciliação do resultado</b>	-	-	<b>1.107</b>	<b>982</b>
Impostos correntes	-	-	1.107	982
Imposto de Renda e CSLL Diferido	47.034	27.235	37.944	21.421
<b>(=) Provisão IR e CSLL</b>	<b>47.034</b>	<b>27.235</b>	<b>39.051</b>	<b>22.403</b>
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(66.490)	(44.249)	(78.750)	(53.839)
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	10.603	9.400
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	39.878	31.905	49.127	40.531
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	1.741	1.994
<b>(=) Efeito líquido do crédito tributário</b>	<b>(26.612)</b>	<b>(12.344)</b>	<b>(17.279)</b>	<b>(1.914)</b>
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>20.422</b>	<b>14.891</b>	<b>21.772</b>	<b>20.489</b>

Apuração	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	CS	Junho/17	CS
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>(392.237)</b>	<b>(392.237)</b>	<b>(324.352)</b>	<b>(324.352)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>(392.237)</b>	<b>(392.237)</b>	<b>(324.352)</b>	<b>(324.352)</b>
Adições temporárias	631.451	631.451	677.920	671.799
Adições permanentes	188.401	188.401	189.354	189.354
Exclusões	(793.309)	(793.309)	(808.610)	(807.823)
<b>Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>(365.694)</b>	<b>(365.694)</b>	<b>(265.688)</b>	<b>(271.022)</b>
<b>(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas</b>	-	-	<b>365.694</b>	<b>365.694</b>
<b>(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/ Base de Cálculo Negativa CSLL</b>	-	-	<b>(7.767)</b>	<b>(7.767)</b>
<b>(Prejuízo)/Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL</b>	<b>(365.694)</b>	<b>(365.694)</b>	<b>92.239</b>	<b>86.905</b>
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	-	-	5.797	6.660
Adicional de 10% de IR	-	-	3.814	-
<b>Impostos correntes</b>	-	-	<b>9.611</b>	<b>6.660</b>
<b>Conciliação do resultado</b>	-	-	<b>9.611</b>	<b>6.660</b>
Impostos correntes	-	-	9.611	6.660
Imposto de Renda e CSLL Diferido	34.135	31.671	46.200	39.709
<b>(=) Provisão IR e CSLL</b>	<b>34.135</b>	<b>31.671</b>	<b>55.811</b>	<b>46.369</b>
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(153.518)	(118.129)	(159.892)	(123.116)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(78.152)	(57.436)	(78.536)	(57.742)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	127.034	101.628	130.879	105.474
Baixa do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	179.149	137.929	179.149	137.929
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	2.324	1.395
<b>(=) Efeito líquido do crédito tributário</b>	<b>74.513</b>	<b>63.992</b>	<b>73.924</b>	<b>63.940</b>
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>108.648</b>	<b>95.663</b>	<b>129.735</b>	<b>110.309</b>

Apuração	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/17	CS	Junho/17	CS
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>(392.237)</b>	<b>(392.237)</b>	<b>(324.352)</b>	<b>(324.352)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>(392.237)</b>	<b>(392.237)</b>	<b>(324.352)</b>	<b>(324.352)</b>



-☆- continuação

## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

## g) Outras receitas operacionais

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	137.767	—	137.767	—
Recuperação de encargos e despesas	177	22.249	14.937	29.219
Atualização de depósito em garantia	12.610	9.307	12.684	9.436
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	2.610	6.752	2.610	6.809
Reversão de provisão para fiança	—	1.569	—	1.569
Outras rendas operacionais	5.804	4.787	7.062	5.813
<b>Total</b>	<b>158.968</b>	<b>44.664</b>	<b>175.060</b>	<b>52.846</b>

## h) Outras despesas operacionais

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Constituição de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	27.621	39.053	29.674	37.159
Comissões crédito consignado	19.762	39.657	29.394	85.807
Constituição de provisões para fiança	4.328	—	4.328	—
Taxa de processamento de crédito consignado	3.583	1.278	3.583	1.278
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	572	21.720	572	21.720
IOF sobre operações de câmbio próprias	271	373	271	373
Despesas de atualização de impostos	114	—	226	237
Programa de remuneração e retenção de funcionários	—	12.146	—	12.146
Outras despesas	9.337	3.241	12.827	7.215
<b>Total</b>	<b>65.588</b>	<b>117.468</b>	<b>80.875</b>	<b>165.935</b>

## i) Despesas de pessoal

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Salários	48.602	67.072	53.471	73.315
Encargos sociais	14.477	21.429	15.801	23.455
Benefícios	8.109	9.637	9.890	11.748
Honorários da diretoria	6.716	8.688	6.919	8.884
Outros	278	382	373	520
<b>Total</b>	<b>78.182</b>	<b>107.208</b>	<b>86.454</b>	<b>117.922</b>

## j) Outras despesas administrativas

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Despesas de serviços de terceiros	13.119	15.087	18.122	20.905
Despesas de amortização e depreciação	11.885	14.750	12.249	15.185
Despesas de alugueis e taxas	7.028	9.921	8.066	11.532
Despesas de processamento de dados	5.241	5.644	7.647	8.584
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.724	3.342	4.612	7.102
Despesas de manutenção e conservação	1.952	3.033	2.227	3.543
Despesas de transportes e viagens	1.633	1.830	1.803	2.122
Despesas de comunicações	301	504	832	992
Despesas de propaganda e publicidade	128	777	360	1.211
Despesas de promoções e relações públicas	287	702	301	702
Outras despesas	4.398	6.370	11.006	9.907
<b>Total</b>	<b>49.696</b>	<b>61.960</b>	<b>67.225</b>	<b>81.785</b>

## k) Despesas tributárias

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Despesas de contribuição à COFINS	3.002	5.479	6.498	10.723
Tributos federais, estaduais e municipais	2.334	2.575	2.667	3.763
Despesas de impostos s/serviços de qualquer natureza	1.225	1.423	1.247	1.843
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	488	890	1.057	1.753
<b>Total</b>	<b>7.049</b>	<b>10.367</b>	<b>11.469</b>	<b>18.082</b>

## l) Resultado não operacional

Refere-se a resultados obtidos na venda de bens próprios, BNDU e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Resultado na alienação de bens	2.242	505	3.195	1.831
Reversão/(despesa) de provisão para ajuste do valor de realização de bens	2.696	(4.707)	3.103	(4.707)
Despesas com BNDU	(2.903)	—	(2.903)	—
Outros	402	803	410	66
<b>Total</b>	<b>2.437</b>	<b>(3.399)</b>	<b>3.805</b>	<b>(2.810)</b>

## 28. Acordo da Basileia

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 8,625% mais o adicional de capital principal de 1,875% (totalizando 10,50%) de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

	Basileia III	
	Junho/18	Junho/17
Patrimônio de Referência Nível I	1.540.504	219.701
- Capital Principal	1.259.802	(21.187)
- Bônus Perpétuo	280.702	240.888
Patrimônio de Referência Nível II	688.433	814.800
- Dívida Subordinada	688.433	814.800
<b>Patrimônio de Referência - Prudencial</b>	<b>2.228.937</b>	<b>1.034.501</b>
Risco de Crédito	692.392	592.669
Risco de Mercado	82.334	6.537
Risco Operacional	71.488	68.555
<b>Ativos Ponderados pelo Risco - RWA</b>	<b>846.214</b>	<b>667.761</b>
Índice de Basileia (%)	<b>22,72</b>	<b>14,33</b>
Índice de Capitalização Nível I	15,70	3,04
Índice de Capitalização Nível II	7,02	11,29

## 29. Avais e Fianças prestadas

a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.369.318 (Junho/17 - R\$ 1.609.376) e apresentam a seguinte concentração:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Junho/18	%	Junho/17	%
Maior tomador de fiança	207.594	15,16	193.437	12,02
10 Maiores fianças	741.439	54,15	776.420	48,24
20 Maiores fianças	966.869	70,61	1.047.062	65,06
50 Maiores fianças	1.242.802	90,76	1.395.160	86,69

No período findo em 30 de junho de 2018, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 157.191 (Junho/17 - R\$ 103.246), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 21).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 25.070 (Junho/17 - R\$ 25.424) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 7a).

## 30. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CNM nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

## GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o *CRO - Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

## Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidade (PV01), testes de estresse, o "Value-at-risk" (incluindo testes de aderência e validações), EVE - *Economic Value of Equity e Nil - Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

## Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes. Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

## Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.

II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;

II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.

III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

O CCB Brasil apresenta em seu Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 6.982.108 (Junho/17 - R\$ 6.399.495, incluindo também a categoria títulos para negociação), que mesmo classificados no ativo realizável a longo prazo representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, além disso, parte dos passivos circulantes, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 5.348.133 (Junho/17 - R\$ 6.196.998), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

	Junho/2018		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	6.643.467	6.982.108	13.625.575
Passivo Circulante	(16.011.889)	5.348.113	(10.663.776)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(9.368.422)</b>	<b>1.633.995</b>	<b>2.961.799</b>

	Junho/2017		
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	13.978.361	6.399.495	20.377.856
Passivo Circulante	(20.252.777)	6.196.998	(14.055.779)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(6.274.416)</b>	<b>202.497</b>	<b>6.322.077</b>

## 31. Outras informações

a) **Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

## MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

	Requerido	
Capitalização (Basileia)	≥ 11%	≥ 300%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 25%	≤ 25%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%	≤ 85%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%	> 0
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0	

## b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

## c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Junho/18	Junho/17	Junho/18	Junho/17
Aplicações no mercado aberto	1.529.113	783.994	1.529.113	783.993
Disponibilidades	128.020	423.822	128.456	424.061
Aplicações em moedas estrangeiras	—	7.278	—	7.278
Depósitos interfinanceiros	20.114	—	20.114	—
<b>Total</b>	<b>1.677.247</b>	<b>1.215.094</b>	<b>1.677.683</b>	<b>1.215.332</b>

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Qiuyue Fang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

## DIRETORIA

Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang (Presidente em exercício) Hong Yang Milito Bardini Paulo Celso Del Ciampo
Diretores:	Carlos José Roque Francisco Edênio Barbosa Nobre Claudio Augusto Rotolo

## COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid



\* continuação

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e Empresas Controladas****RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados com o exercício anterior.

**Porque é um PAA****Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Provisão para Operações de crédito de liquidação duvidosa - PCLD (Notas 3 (e.4), 7 c 8) - Banco e Consolidado**

A determinação do valor da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN nº 2.682.

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados à apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa que tratam: (i) da integridade e totalidade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes, (ii) concessão de crédito e a respectiva análise e monitoramento do risco do devedor, incluindo contratos renegociados, (iii) confronto entre os valores apurados de provisão para operações de crédito de liquidação calculados e os valores contabilizados, (iv) processos estabelecidos pela Administração para cumprimento das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, bem como para as divulgações em notas explicativas.

Analisamos os critérios descritos em política e os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

**Créditos tributários (Notas: 3 (g.2) e 26)****Banco e Consolidado**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram o entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis. Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

**Ambiente de tecnologia da informação**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrivemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de agosto de 2018



**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Melissa Tuxen Wisnik**  
Contadora - CRC 1SP221490/O-0

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2018**

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB é instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como os apontamentos do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período.

O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade adequada e com independência.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição, conforme indica o relatório de auditoria dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) créditos tributários; e (iii) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do banco e suas controladas.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

Daniel Joseph McQuoid

São Paulo, 24 de agosto de 2018

Heraldo Gilberto de Oliveira  
Presidente

Walter M. Machado de Barros